

O grupo escolar Antensina Santana: criação, denominação e a arquitetura escolar

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a criação, a denominação e a arquitetura do grupo escolar Antensina Santana. O período delimitado deste estudo é o que ocorre entre 1925 e 1945. A primeira data abriu o caminho a uma nova forma escolar, à criação do grupo escolar e à construção de sua primeira sede e a segunda foi o momento em que o grupo escolar foi (re)inaugurado, passando a ter uma nova sede. Elegemos para o desenvolvimento deste estudo a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a análise projetiva. E os dados foram complementados por meio de uma entrevista com uma ex-aluna e ex-professora da escola. A entrevistada fez o curso primário na unidade de ensino entre 1930 e 1931 e foi professora na instituição entre 1950 e 1983. A criação do Grupo Escolar de Anápolis se insere no contexto de criação e expansão dos Grupos Escolares em Goiás, bem como no contexto de desenvolvimento econômico da cidade. No que se refere à denominação da escola, hoje na memória das pessoas da cidade, está presente o primeiro nome e o atual. Pouquíssimas pessoas se lembram que a unidade de ensino um dia foi denominada de “24 de Outubro”. A arquitetura do Grupo Escolar Antensina Santana, quando comparado aos grupos escolares feitos no resto do país, pode ser considerada como menos onerosa e monumental.

Palavras-chave: Grupo Escolar Antensina Santana (Anápolis, GO); Educação; Goiás; História; Edifícios escolares.

Sandra Elaine Aires de Abreu

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – Brasil
sandraeaa@yahoo.com.br

Déborah Aires Souto

Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás – UEG – Brasil
deboraires_@hotmail.com

Para citar este artigo:

ABREU, Sandra Elaine Aires de; SOUTO, Débora Aires. O grupo escolar Antensina Santana: criação, denominação e a arquitetura escolar. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 49 – 84, jan./abr. 2015.

DOI: 10.5965/1984723816302015049

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723816302015049>

The school group Antensina Santana: creation, denomination and school's architecture

Abstract

The objective of this research is analyze the creation , designation and architecture's school group Antensina Santana. The delimited period of this study is what happens between 1925 and 1945. The first opened the way for a new school, the creation of the school group and the construction of its first building and the second date was the time when the school group was (re) opened and shall have a new headquarters. Elected to the development of this bibliography study, document analysis and projective analysis. And the data were supplemented by an interview with a former student and a former teacher at the school. The interviewee did the primary school in the referred unit between 1930 and 1931 and was a professor at the institution between 1950 and 1983. A creation of the School of Anápolis Group is in the context of creation and expansion of School Groups in Goiás, and in the context of economic development of the city. As regards the name of the school today in memory of the people of the city, this is the first name and the current, very few people remember that the teaching unit was once called "24 October". Architecture's School Group Antensina Santana when compared to school groups made the rest of the country can be considered as less costly and monumental.

Keywords: School Group Antensina Santana (Anápolis, GO); Education; Goiás; History; School buildings.

Introdução

Pesquisar o Grupo Escolar Antensina Santana nos remete a questões importantes da historiografia da educação brasileira, ou seja, o estudo das instituições escolares, especificamente dos grupos escolares, um marco da educação republicana em nosso país, ainda pouco pesquisado. Estudar essas unidades de ensino na sociedade brasileira é desvendar o sentido que estas instituições formaram, educaram, instituíram, criaram e fundaram em nosso país, bem como trazer à luz histórias de instituições que ainda não foram estudadas.

Os estudos sobre os grupos escolares no Brasil são recentes¹, no cenário brasileiro se destacam os trabalhos de Rosa Fátima de Souza (1998) e Luciano Mendes de Faria Filho (2000), que discutem, respectivamente, a implantação dos grupos escolares em São Paulo e em Belo Horizonte.

No que diz respeito à produção sobre o tema, em Goiás temos a tese de Miriam Fábria Alves, defendida em 2007 na Universidade Federal de Minas Gerais, que faz a análise das relações políticas e da escolarização em Goiás durante a Primeira República e a conformação de um novo modelo de escola, a escola graduada ou grupo escolar. E a cidade escolhida para esse estudo foi Morrinhos.

O trabalho de Maria da Felicidade Alves Urzedo e Eloy Alves Filho, intitulado: “Grupos escolares em Minas Gerais e Goiás: tempos diversos, objetos comuns?” analisa a

¹ Santos e Jacomeli (2009) analisaram as pesquisas apresentadas nas Jornadas e Seminários realizados pelo Grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) que abordaram os grupos escolares como objeto de análise. Após a realização das leituras dos resumos das pesquisas apresentadas nos eventos, verificam que há poucas investigações sobre grupos escolares e identificaram a localidade e/ou regionalidade dos trabalhos realizados. A análise dos dados revelou que os trabalhos realizados foram: “[...] no Paraná 18, Mato Grosso 7, Alagoas 1, São Paulo 8, Minas Gerais 11, **Goiás 1**, Sergipe 2, Rio Grande do Sul 1, Distrito Federal (RJ) 1, Pernambuco 1 e Mato Grosso do Sul 1; e que vários Estados não aparecem no mapeamento: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. (SANTOS; JACOMELI, 2009, grifos nossos)”.

A Sociedade Brasileira de História da Educação realizou, de 2000 a 2011, seis Congressos e nestes foram apresentados 32 trabalhos sobre grupo escolar, e publicou 23 volumes da Revista Brasileira de História da Educação e nestes volumes apenas dois trabalhos sobre grupos escolares. A Revista Brasileira de Educação publicou 42 volumes e neles há apenas um artigo sobre grupos escolares.

diferença no processo de organização dos grupos escolares nos dois estados. O estudo de Ana Maria Gonçalves denominado: “Ordenação do ensino público goiano (1889-1930)”, analisa a ordenação das escolas primárias goiana no final do século XIX e início do século XX. Compreende as prescrições sobre o funcionamento da instrução pública nas regulamentações instituídas ao longo do Império e da Primeira República, de modo específico à implantação dos Grupos Escolares em Goiás (1919), momento em que se inaugura uma nova fase na educação pública no estado.

E no livro “Escola primaria na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada” (2012) há um capítulo destinado a Goiás, intitulado “Escola primária em Goiás na Primeira República: tensões e distinções de um ‘jogo de empurra’”, escrito por Rubia-Mar Nunes Pinto (2012), que analisa a escola primária em Goiás nas primeiras décadas do século XX.

Os estudos sobre o Colégio Antensina Santana são superficiais. Haydée Jayme Ferreira em sua obra: “Anápolis: sua vida, seu povo” (1979), dedica apenas seis páginas à referida instituição de ensino. Há um trabalho de conclusão de curso² sobre a instituição, no qual é apenas repetido o que está na obra de Ferreira (1979) e a maior parte do conteúdo desse trabalho se refere ao contexto histórico nacional, regional e local e desconsidera o processo histórico de criação e expansão dos grupos escolares no Brasil e o que o mesmo significou nas primeiras décadas do período republicano, bem como a historiografia da história da educação sobre o tema.

Assim, o estudo sobre o primeiro grupo escolar de Anápolis é certamente relevante, por lançar luz sobre uma instituição educacional pouco estudada contribuindo com o alargamento do conhecimento sobre grupos escolares, bem como com a historiografia educacional anapolina.

Nestes termos, estabelecemos como objetivo desta pesquisa: analisar a criação, a denominação e a arquitetura do grupo escolar Antensina Santana.

² A monografia intitulada: “A instrução Pública em Anápolis (1925-1945)” foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de História, da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, em 1999 pelas acadêmicas Dilma Faria Aniceto e Ranelany Vasty Batista Oliveira Cury.

O período delimitado deste estudo é o que ocorre entre 1925 e 1945. A eleição de ambas as datas não é arbitrária. A primeira abriu o caminho a uma nova forma escolar, à criação do grupo escolar e à construção de sua primeira sede e a segunda data foi o momento em que o grupo escolar foi (re)inaugurado, passando a ter uma nova sede.

A análise da arquitetura escolar incidirá sobre a segunda sede da unidade escolar, uma vez que a primeira foi demolida e a segunda ainda está em funcionamento e foi tombada pelo patrimônio histórico municipal.

Elegemos para o desenvolvimento deste estudo a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a análise projetiva³. E os dados foram complementados por meio de uma entrevista com uma ex-aluna e ex-professora da escola. A entrevistada fez o curso primário na unidade de ensino entre 1930 e 1931 e foi professora na instituição entre 1950 e 1983.

Os documentos selecionados para a elaboração deste artigo foram: legislação educacional (estadual e local); os documentos escolares: livros (de atas de implantação do grupo escolar; pontos de professores), certidões de registros de imóveis, fotografias, planta arquitetônica da escola; entrevista de ex-aluno e ex-professor; livro de atas do Conselho Municipal de Anápolis (1922-1923).

A implantação dos grupos escolares no Brasil

A implantação dos grupos escolares no Brasil foi um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização das massas. E a escola primária foi um instrumento de divulgação dos valores republicanos.

No cenário nacional, é fundamental destacar que o grupo escolar ganhou concretização no final do século XIX, com a implantação em São Paulo e se espalhou por

³ A análise projetiva consiste na análise da planta arquitetônica, nos documentos redigidos pela prefeitura autorizando o funcionamento da escola, cedendo espaço para a construção da mesma. A legislação urbanística e análise projetiva que consiste no estudo das plantas arquitetônicas, ou seja, cortes, fachadas e elevações da edificação do grupo escolar Antensina Santana, com o objetivo de se entender o edifício tridimensionalmente e analisar em planta sua organização funcional, bem como o percurso existente quanto às análises gráficas de plantas baixas de todos os pavimentos existentes.

outros estados brasileiros, ao longo da Primeira República (ALVES, 2007).

Souza (1998) e Faria Filho (2000) destacam o grupo escolar como uma das mais importantes inovações no ensino. Constituídos por uma organização administrativa e pedagógica concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho.

A racionalidade pedagógica consistia na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos, na determinação de uma jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. O plano de ensino era enriquecido e enciclopédico, utilizando o mais moderno método de ensino, o intuitivo, o que exigiu o uso de novos materiais escolares, outro tipo de mobília escolar e abundante material didático (SOUZA, 1998).

Para Faria Filho (2000), os grupos escolares e seu processo de organização significaram mais que uma nova forma de organizar a educação, significaram uma estratégia de atuação no campo educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, ou seja, impondo outra prática pedagógica e social aos profissionais do ensino.

Faria Filho (2000) também ressalta em seus estudos sobre os grupos escolares de Belo Horizonte a relação entre a escola e a organização do trabalho fabril, e a criação dos grupos escolares como um dos momentos da produção do mundo urbano, da cidade.

“[...] Com o grupo escolar se consegue a divisão do trabalho, a fiscalização permanente, a execução uniforme do programa de ensino” (MINAS GERAIS, 1907c, p. 33 apud FARIA FILHO, 2000, p.33). No contexto dessa divisão do trabalho, surge um novo personagem no cenário da educação escolar, o diretor.

Essa nova modalidade de escola primária exigiu uma nova concepção arquitetônica, o edifício-escola, com a especialização dos espaços de acordo com as finalidades do ensino, da pedagogia moderna: classes, bibliotecas, museus, laboratórios, oficinas, ginásios, pátios para recreio, auditório etc (SOUZA, 1998).

Monumentais os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou

10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescentado um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas. Muitos projetos propunham uma variação do tamanho das salas em função da seriação do ensino. As salas das séries iniciais tinham dimensões maiores que as das séries finais do curso primário. Normalmente, os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, mas eram a ele ligados por corredores cobertos. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25)

Os princípios que regiam as edificações dos grupos escolares pautavam-se pelas necessidades pedagógicas, estéticas e nacionalizantes e o ambiente deveria ser educativo (alegre com paisagem envolvente). As plantas davam visibilidade a vários aspectos dos ideais escolanovistas, incorporando ambientes como gabinetes dentários e médicos, laboratórios, entrada única para alunos de ambos os sexos consolidando os princípios da co-educação (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

De acordo com Souza (1998), essa nova organização da escola primária tornou-se o modelo cultural em circulação ao longo do século XIX em vários países (França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos), resguardadas às peculiaridades locais, e em poucas décadas também foi o modelo adotado em todos os estados brasileiros e por mais ou menos sete décadas constituiu no modelo preponderante de escola primária no Brasil, extinto em meados da década de 1970.

A implantação dos Grupos Escolares em Goiás

Em Goiás, apesar do discurso reformador ao longo da Primeira República, a legislação em vigor até 1918 ainda estava pautada nas leis do final do século XIX e a realidade da instrução primária era descrita como precária, deficitária, inexistente (ABREU, 2006).

A literatura sobre o assunto diz que o início da mudança na educação vai ocorrer a partir de 1918, e isso se deve, provavelmente, à reforma educacional ocorrida nesse ano, através da Lei n. 613, de 2 de agosto de 1918 (Reforma João Alves de Castro e Americano do Brasil), que organizou o ensino primário em Goiás.

Segundo Alves (2007, p.30) “[...] [Até o momento – 1918] a instrução primária em Goiás não sofrera grandes alterações, [...], no que tange à expansão da rede escolar e ao atendimento às crianças, a formação dos professores, ou mesmo nos aspectos metodológicos e de organização das escolas primárias do estado.”

Os sinais de mudança, ainda que tímidos, podem ser observados a partir de 1918, quando o governo estadual efetivamente assumiu a criação e manutenção das escolas primárias, **investiu na criação dos grupos escolares**, ampliou a rede escolar e incentivou as mudanças pedagógicas estabelecendo novos parâmetros para a escolarização goiana. (ALVES, 2007, p.33, grifos nossos)

Para Bretas (1991, p.442) nos “[...] anos imediatos após a proclamação da República [...] nada dizem em relação a uma mudança significativa no campo educacional [...]”. Para Silva (1975, p.233), a instrução primária “[...] limitou-se à prática rotineira herdada do império [...]”.

Segundo Ana Maria Gonçalves (2006), a implantação dos grupos escolares inaugurou uma nova fase na educação pública do Estado de Goiás.

Através da Lei nº 631, de 2 de agosto de 1918, regulamentada pelo Decreto nº 5.930 – lei e regulamento redigidos pelo próprio Presidente do Estado –, reformou-se a instrução pública em Goiás. Dentre as novas determinações destacavam-se: a manutenção da direção e inspeção do ensino por parte do Estado, incluindo o ensino oferecido nas escolas municipais e particulares, as quais deveriam adotar os mesmos programas das escolas estaduais; **adoção do método intuitivo**, constando educação moral e cívica, educação intelectual e educação física; manutenção das escolas isoladas, **com a criação do Grupo Escolar da capital**; curso primário de 4 anos, com ano letivo de 10 meses. (GONÇALVES, 2006, grifos nossos)

Para Silva (1975), Bretas (1991), Gonçalves (2006) e Alves (2007), as primeiras iniciativas de modernização da escola primária em Goiás iniciaram-se a partir de 1919, com o estabelecimento dos grupos escolares na província. Com eles teve início a remodelação do ensino primário, tanto no setor administrativo como no setor didático.

Entretanto, para Alves (2007), os grupos escolares não representaram um ponto de ruptura do processo de escolarização em Goiás, de implantação de uma nova forma escolar. Para a autora, a mudança significativa só vai ocorrer em 1930, pois, dos vários projetos de grupos escolares existentes no Brasil, Goiás tomou como referência o projeto de São Paulo, ou seja, o modelo paulista. A implantação da reforma de 1930 deu-se com a contratação de técnicos paulistas; assim, a modernização da educação em Goiás só ocorrerá com a adoção do modelo paulista.

“O modelo de instrução primária paulista foi então apropriado pelas elites goianas e divulgado [...] como um ideal de superação do atraso da instrução primária em Goiás. Os grupos escolares em Goiás, representam um desses pilares de renovação.” (ALVES, 2007, p.162).

O grupo escolar, mantido pelo governo estadual, instituiu uma forma escolar em que alunos e professores eram distribuídos em séries anuais, houve a ampliação e organização dos programas escolares que dividiam o conhecimento a ser transmitido entre os anos que formavam o curso primário, definindo o método de ensino e a classificação anual dos alunos. Essas alterações conformaram um discurso de renovação educacional e colocaram como uma das atribuições da escola primária a de formar uma sociedade civilizada e moderna (ALVES, 2007).

A criação dos grupos escolares representava a modernização em curso no país, ou seja, a modernização das escolas de excelência, com prédios escolares próprios, mobiliário e material didático, melhor remuneração docente. Entretanto, a expansão dessas unidades escolares não foi suficiente para substituir as escolas isoladas existentes no estado. O predomínio das escolas isoladas e os poucos investimentos a elas destinados deram continuidade aos antigos problemas da rede escolar goiana, “[...] a precariedade do local de funcionamento da escola, a falta de mobiliário e material didático, os

péssimos salários dos professores, os problemas com a formação docente, a fiscalização.” (ALVES, 2007, p.123).

Em Goiás, o grande desafio na expansão dos grupos escolares foi a construção dos prédios, uma vez que em muitos municípios não havia uma infraestrutura que pudesse ser aproveitada. Ciente desse limite, o governo do estado, em 1921, incluiu na lei de criação dos grupos escolares um artigo que estabelecia que o governo estadual remuneraria os professores e compraria o mobiliário escolar se o município arcasse com a construção do prédio escolar e este deveria ter sua planta aprovada pelo Poder Executivo, para garantir que o edifício era adequado para o fim a que se destinava (ALVES, 2007).

O primeiro grupo escolar do Estado de Goiás foi instalado no dia 28 de janeiro de 1919 na capital do Estado (cidade de Goiás). Mas, somente em 1925, através do decreto n. 8.538 de 12 de fevereiro, o governo regulamentou a organização dos grupos escolares em Goiás (GONÇALVES, 2006).

No interior do estado, a difusão dos grupos escolares deu-se de forma lenta. Essa difusão só deslanchou no pós-1945. Após a inauguração do primeiro grupo escolar na capital goiana, somente em 1921 uma lei autorizou a abertura de cinco novos grupos, que começaram a ser implantados a partir de 1923. Entre 1918 e 1930 foram instalados, ao todo, 16 grupos escolares, e de 1931 a 1944 foram criados apenas mais 15, totalizando, para o período anterior a 1945, 31 grupos escolares. No entanto, em 1945 são criados, 25 novos grupos escolares no estado de Goiás (URZEDO; ALVES FILHO, 2003).

De acordo com Nepomuceno (1991, p.109), os 16 grupos escolares criados em Goiás entre 1919 e 1930 estavam localizados nas seguintes cidades: Campo Formoso (atual Orizona), Rio Verde, Ipameri, Pirenópolis, Jaraguá, Itaberaí, Goiás, Morrinhos, Bela Vista, Catalão, Trindade, Porto Nacional, Santa Rita do Paranaíba, Caiapônia, Anápolis e Jataí.

E os grupos escolares relacionados por Nepomuceno entre 1930 e 1945 (1991, p. 111-113) são os seguintes:

N.	DECRETO/LEI	LOCALIZAÇÃO
1.	Decreto n. 403 – 19/12/1930	Campo Formoso (atual Orizona)

2.	Decreto n. 975 – 18/04/1931	Ipameri
3.	Decreto n. 1243 – 11/07/1931	Cristalina
4.	Decreto n. 1250 – 20/07/1931	Pirenópolis
5.	Decreto n. 2344 – 18/06/1932	Palmeiras
6.	Decreto n. 2964 – 21/03/1933	Goiás
7.	Decreto n. 3693 – 16/08/1933	Aracati
8.	Decreto n. 4656 – 23/05/1934	Goiandira
9.	Decreto n. 4974 – 19/09/1934	Corumbáira
10.	Lei n. 9 – 04/11/1935	Rio Bonito (Caiapônia)
11.	Lei n. 14 – 09/11/1935	Arraias
12.	Lei n. 14 – 09/11/1935	Bananeiras (Goiatuba)
13.	Lei n. 14 – 09/11/1935	Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis)
14.	Lei n. 14 – 09/11/1935	Santa Maria de Taguatinga (atual Taguatinga)
15.	Lei n. 31 – 20/11/1935	Inhumas
16.	Lei n. 5267 – 30/01/1942	Mineiros
17.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Goiânia
18.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Araguacema
19.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Baliza
20.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Cavalcante
21.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Dianópolis
22.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Goialina (atual Petrolina)
23.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Guapó
24.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Ipeguari (atual Santa Helena)
25.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Iporá
26.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Itaguatins
27.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Itapaci
28.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Itauçu
29.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Mossamedes
30.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Nazário
31.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Niquelândia
32.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Palmelo
33.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Paraná
34.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Paraúna
35.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Peixe
36.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Porangatu
37.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Quirinópolis
38.	Lei n. 67 – 30/07/1945	São Domingos
39.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Uruana
40.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Urutá
41.	Lei n. 67 – 30/07/1945	Xixá (atual Itapuranga)

É no contexto de criação e expansão dos grupos escolares no Estado de Goiás, que está a criação do primeiro grupo escolar de Anápolis.

A criação e inauguração do Grupo Escolar Antensina Santana

No contexto de criação e expansão dos grupos escolares no estado de Goiás, destacamos a criação do primeiro grupo escolar em Anápolis, nosso objeto de estudo, que ao longo de sua história teve três denominações: Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado (1926); Grupo Escolar 24 de Outubro (1930) e Grupo Escolar Antensina Santana, bem como duas sedes. A primeira, inaugurada em 1926, situada na Praça Moisés Santana (atual Praça das Mães), na Rua Desembargador Jayme. A segunda, inaugurada em 1945, situada na Praça Santana, na Rua Arinesto de Oliveira Pinto (atual Rua Desembargador Jayme). As unidades foram inauguradas pelo Intendente Municipal Graciano Antônio da Silva (FERREIRA, 1979; MACEDO, 2006).

A criação do grupo escolar de Anápolis teve início em uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Anápolis do dia 17 de março de 1923, quando foi discutido e aprovado o projeto n. 8/1923 que se transformou na Lei n. 151/1923, que estabeleceu a criação de um grupo escolar na cidade. De acordo com a Lei Estadual n. 694, de 27 de julho de 1921 (Art. 1º), o estabelecimento de ensino deveria ter além dos professores, um porteiro e um servente, que soubesse ler e escrever, de livre nomeação do Intendente (Art. 2º). E ainda autorizou o Intendente a abrir o crédito necessário para executar a lei, de acordo com o 3º artigo (Conselho Municipal de Anápolis, 1923).

De acordo com a Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918, o governo estadual pagaria ao governo municipal a metade das despesas com a construção do prédio escolar (Art. 23). Em contrapartida, o governo municipal deveria doar para o Estado o prédio destinado ao grupo escolar. (Lei n. 155/1923). Somente em 1925 foi autorizada a aquisição de um prédio para o grupo escolar (Lei n. 204/1925). E com a Lei n. 207, de 1925, houve a autorização das despesas para o grupo escolar.

No dia 16 de setembro de 1925, foi lavrada a escritura pública de doação do imóvel destinado ao grupo escolar do Estado de Goiás pela intendência municipal de Anápolis. O prédio tinha as seguintes características: assoalhado e coberto de telhas com quintal fechado a muros, situado à Praça Moisés Santana e a doação só prevaleceria enquanto o

Estado mantivesse o grupo escolar (Cartório de Registro de Imóveis da 2º Circunscrição da Comarca de Anápolis, 1981).

As despesas para a inauguração da unidade de ensino foram autorizadas pela Lei n. 210, de 1925. O grupo escolar Dr. Brasil Caiado foi criado pela Lei n. 213, de 1925. E a inauguração aconteceu no dia 18 de março de 1926.



Fonte: Museu Histórico de Anápolis. 1ª sede do Grupo Escolar (1926)

A inauguração iniciou às 12:00 horas, com a presença do Intendente municipal, Sr. Graciano Antonio da Silva, bem como do Diretor, o Sr. Alarico Torres Verano e das professoras interinas: D. Belmira Maia Azeredo e Srta. Zanira Ferreira de Campos, além dos alunos e dos representantes do poder estadual e municipal e as demais pessoas da cidade (Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, 1926).

O Intendente municipal, Sr. Graciano Antônio da Silva, fez a abertura oficial da inauguração e convidou o Dr. Jovelino de Campos (Juiz de Direito da Comarca) para presidir os trabalhos, uma vez que o mesmo apresentou um telegrama do Secretário do Interior e Justiça, Dr. Lincoln Caiado de Castro, investindo-o dos poderes legais para

representá-lo na solenidade de inauguração do primeiro grupo escolar da cidade. Convidou também o Dr. Genserico Gonzaga Jaime, para secretariar a solenidade (Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, 1926).

No ato inaugural o prédio recebeu a benção do Padre Angelo Cordovila. Logo após a benção, o grupo foi declarado inaugurado, em seguida a banda musical executou o Hino Nacional. Após a execução do Hino Nacional, o Dr. Carlos Alberto de Freitas proferiu o discurso oficial do evento. O deputado Arlindo Costa também fez uso da palavra, nas quais agradeceu o governo do Estado por ter acolhido a solicitação dos políticos locais e do povo anapolino, com a criação do grupo escolar. A solenidade foi encerrada com a apresentação de diversas alunas matriculadas no Grupo (Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, 1926).

Com o passar dos anos, o número de alunos foi crescendo e houve a necessidade de ampliar as dependências do Grupo Escolar. No ano de 1926, o Grupo funcionava com três turmas (1º, 2º e 3º ano) e, em 1944, o grupo funcionava em dois turnos com oito turmas. Diante da necessidade de ampliação da unidade escolar, foi adquirido outro local, pois a sede onde o grupo funcionava não tinha espaço para ampliação. Para tanto, foi adquirido um terreno também no centro da cidade em frente à Igreja Matriz de Santana (local próximo da sede anterior).

As denominações do Grupo Escolar

Ao longo de sua trajetória, a referida unidade de ensino recebeu várias denominações. Foi inaugurada com o nome de Grupo Escolar Dr. Brasil Ramos Caiado (1926). Em 1930 passou a se chamar Grupo Escolar 24 de Outubro. Segundo a literatura analisada sobre a história da unidade escolar, em 1945, quando passou a ter uma nova sede, foi denominado de Grupo Escolar Antensina Santana. Com a Portaria n. 336, de 21 de janeiro de 1975, o grupo passou a oferecer gradativamente de 5ª a 8ª séries e passou a ser denominado de Escola Estadual de 1º Grau Antensina Santana. E quando a escola

passou a oferecer o 2º grau ou ensino médio, passou a ser denominada de Colégio Estadual Antensina Santana (nome atual da unidade de ensino).

A primeira denominação do grupo escolar, “Dr. Brasil Ramos Caiado”, foi uma homenagem ao Presidente do Estado de Goiás em exercício durante o processo de criação e inauguração do Grupo.

A segunda denominação, “Grupo Escolar 24 de outubro”, foi também uma homenagem à data da vitória da Aliança Liberal.

Analisando a documentação do grupo escolar, tais como o livro de atas de 1926 a 1937 e os livros de atas de frequência dos professores de 1926 a 1950, observamos que a comunidade escolar não adotou prontamente a segunda denominação. O fato foi verificado nos livros de atas acima mencionados. Nas atas do livro de 1926-1937, após 1930, quando a unidade de ensino passou a ser denominada de “Grupo Escolar 24 de Outubro”, aparecem as seguintes denominações: “Grupo Escolar” ou “Grupo Escolar de Annápolis”. Somente em uma ata, a de 5 de setembro de 1932, aparece a denominação de “Grupo Escolar 24 de Outubro”.

Nos livros de atas de frequência dos professores, nos termos de abertura, aparece: “Grupo Escolar 24 de Outubro” nos livros de 1931, de 1932 a 1935 e de 1943 a 1944. Nos livros de atas de 1937 a 1942, aparece apenas “Grupo Escolar”.

Ao que tudo indica, a partir da análise documental, a comunidade escolar parece não ter concordado com a nova denominação da unidade escolar, por isso criou uma denominação não oficial que circulava entre o meio acadêmico.

Na entrevista realizada com a ex-aluna da escola, também nos chamou a atenção o fato de ela ter sido aluna da escola nos anos de 1930, 1931, momento em que a escola passou a ser denominada de “Grupo Escolar 24 de outubro” e ela sempre se referir à escola apenas como o “Grupo Escolar”. Provavelmente foi como as pessoas passaram a designar a escola. Isso está presente nos documentos da unidade de ensino e na fala das pessoas.

O terceiro nome da escola, “Grupo Escolar Antensina Santana”, também não foi adotado de imediato pela comunidade escolar. A historiografia mostra que, ao ser inaugurada, a nova sede da escola mudou de nome, mas, a análise de alguns documentos da escola revelou que nos termos de abertura dos livros de ata de frequência dos professores de 1945 a 1948, consta a denominação de “Grupo Escolar 24 de Outubro” e não “Grupo Escolar Antensina Santana”. Somente a partir de 1949 aparece nos termos de abertura dos livros de ata de frequência dos professores o nome Antensina Santana.

A ex-aluna e também ex-professora da unidade de ensino, quando foi questionada sobre a nova sede da escola, em relação ao espaço físico, reportou-se à mudança do nome da escola, fazendo o seguinte comentário: “Eu não sei por que puseram o nome [Antensina Santana]: ela não foi diretora, ela não foi professora, se foi professora ninguém ouviu falar dela, os meninos não sabiam nada dela, assim como eu também não sei [...]. A única coisa que eu sei é que o pai dela foi Juiz de Direito [em Anápolis].”

Outro aspecto que nos chamou a atenção na fala da entrevistada foi o fato de ela afirmar que quem denominou a nova sede do Grupo Escolar de Anápolis de Antensina Santana foi o Sr. João Luiz de Oliveira.

A partir dessa afirmação da entrevistada, voltamos à literatura, na obra de Ferreira (1979, p. 135) que diz: “O Grupo escolar mudou novamente de nome, passando a se chamar Grupo Escolar Antensina, em homenagem à filha de Moisés Augusto Santana [...] A feliz sugestão daquele nome foi feita por João Luiz de Oliveira e unanimemente aceita.”

Júlio Alves (2007, p.1966) diz da seguinte forma: “O novo prédio [...] foi concluído por Graciano Antônio da Silva [...] Prefeito de Anápolis. [...] por sugestão de João Luiz de Oliveira, o Grupo mudou de nome novamente, passando a chamar Grupo Escolar ‘Antensina Santana’, em homenagem à filha de Moisés Augusto Santana.”

Ao analisar como as escolas municipais de Anápolis são denominadas, verificamos que quando elas são criadas, são identificadas pelo bairro onde serão construídas. Depois da sede pronta, normalmente os vereadores e, em alguns casos, os prefeitos sugerem o nome da escola; fazem isso por meio de um projeto de lei no qual justificam a escolha da

pessoa que será homenageada e, sendo aprovado, torna-se a lei de criação e denominação da escola.

Assim, se o processo de denominação da escola ocorreu dessa forma, a nossa hipótese é a de que a escola não tenha mudado de nome em 1945, ano de transferência para a nova sede, mas em 1949, pois o Sr. João Luiz de Oliveira passou a ser vereador em 1948; isso justifica o fato de os documentos da escola, até o ano de 1949, identificarem a unidade de ensino como “Grupo Escolar 24 de Outubro”.

Antensina Santana era filha de Moisés Augusto Santana que nasceu na cidade de Goiás, mas que fixou residência em Anápolis. Segundo Adhemar Santillo (2010), Moisés Santana participou efetivamente na emancipação de Santana das Antas e sugeriu o nome de Anápolis para a cidade.

Moisés Augusto Santana recebeu várias homenagens em Anápolis. No ano de 1931 o prefeito da cidade, João Luiz de Oliveira fundou o grêmio literário em Anápolis e o denominou de “Gremio Literário Moisés Santana”. Também recebeu o seu nome uma praça no centro da cidade. E há um logradouro que leva o seu nome (ALVES, J., 2007).

Ao que tudo indica, o vereador João Luiz de Oliveira, com o objetivo de homenagear o seu amigo Moisés Augusto Santana, denominou o Grupo Escolar de Anápolis com o nome da filha de seu amigo que falecera precocemente aos 27 anos de idade, vítima de tuberculose pulmonar (BORGES, 1980).

Antensina Santana nasceu em 29 de abril de 1903 na vila de Santana das Antas, por isso recebeu o nome de Antensina, uma homenagem à cidade onde nascera. Antensina vem do gentílico de quem nasce em Antas, que é antense. Casou-se em 1927 com Nicanor Faria e foi professora na escola municipal de Itaberaí. E faleceu no dia 9 de março de 1931 (BORGES, 1980).

A implantação do edifício do grupo escolar no tecido urbano

O novo modelo educacional proporcionou diversas modificações, não só políticas como também econômicas e sociais, bem como exigiu novo método de ensino, novos

conteúdos e também um novo espaço escolar, ou seja, um edifício construído especificamente para o ensino.

A exigência de construção de edifícios próprios para escola fez com que o campo da arquitetura e do urbanismo se modificasse e progredisse neste tipo de construção. Qualquer tipo de edificação exerce influência no local em que é implantado, no caso dos grupos escolares é ainda mais importante pelo fato de o governo republicano querer impressionar a população com edifícios monumentais (SOUZA, 1998).

A produção do espaço escolar no tecido de um determinado espaço urbano pode gerar uma imagem da escola como o centro de um urbanismo planejado ou como uma instituição marginal (ESCOLANO, 2001). Portanto, uma vez que as escolas localizam-se afastadas dos centros urbanos, faz com que exista uma segregação geográfica e social, entredendo a integração da escola com a sociedade (BENCOSTA, 2005).

A localização da escola é por si mesma uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolares. As escolas deveriam se instalar no centro das populações e isoladas das vias públicas, e, em lugar arejado e agradável e com boa comunicação com todos os lugares de onde vêm os alunos (ESCOLANO, 2001).

Analisando o local onde o grupo escolar Antensina Santana foi construído, constata-se que, desde sua fundação, era localizado na região central da cidade quando foi fundado na Praça das Mães em 1926, e assim continuou quando foi transferido para a Praça Santana em 1945. Ambas as sedes foram construídas em frente de praças centrais da cidade e na mesma rua, ou seja, na rua Desembargador Jaime. A segunda sede, de 1945, em frente à Igreja Matriz de Santana.

O edifício do atual Colégio Antensina Santana está situado entre as principais vias do centro, de maior fluxo de veículos, a saber: Av. Goiás, Rua Barão do Rio Branco e Av. Brasil. O uso do solo do entorno do edifício predomina o comércio, e há ainda a presença de residências e do setor de serviços.

Um fator de extrema importância quanto à implantação desses edifícios, é que a maioria deles, em todo o país, localizava-se próxima à principal igreja e à principal praça

da cidade. Isso ocorreu com o Grupo Escolar Antensina Santana que foi construído ao lado da igreja matriz de Anápolis, a Igreja Santana.

Atualmente a via que dá acesso ao colégio é a Rua Desembargador Jaime (antiga rua Arinesto de Oliveira Pinto), é uma rua estreita e de mão única que nos horários de pico tem tráfego é intenso. Há um ponto de ônibus em frente ao Colégio, isso facilita a mobilidade dos alunos. O edifício localiza-se entre a Rua Barão do Rio Branco e a Avenida Goiás, ambas são vias de mão única, e de sentidos opostos.

As vias coletoras interligam-se às de maiores fluxos, complementando o sistema viário. O centro é a parte mais antiga da cidade, por isso as vias neste setor são estreitas, o que interfere no sentido do fluxo de veículos. Quanto ao lote do Colégio, é de esquina, entre a Rua Desembargador Jaime e a Rua Barão do Rio Branco.

Composição formal e estrutural do edifício

O edifício-escola não poderia ser apenas uma construção que abrigaria as atividades pedagógicas, e representaria o progresso da nação, deveria ter também um papel educativo, tornar-se um símbolo de prestígio aos professores, como reconhecimento e valorização de sua profissão. Dessa forma teriam maior respeito dos alunos e dos pais (SOUZA, 1998).

[...] Quando especialmente construídos, os edifícios escolares apresentavam ser construções sóbrias, sólidas, projetadas para durar. [...] Quando esses prédios não eram construídos pelo poder público, alguns ocupavam os melhores edifícios da cidade [...]. (SOUZA, 1998, p.124,126)

A sede do Grupo Escolar Antensina Santana, de 1945, foi construída especialmente para o grupo, pois o antigo prédio onde funcionava, localizado próximo à Praça das Mães já não comportava o número de alunos. (FERREIRA, 1981).

Segundo Souza (1998), os primeiros edifícios dos grupos no início do período republicano eram majestosos, a maioria possuía dois pavimentos e separação de alas, feminina e masculina. O número de salas variava entre seis, oito e doze, dependendo da demanda de alunos. Possuíam jardins frontais, escadarias na entrada, grandes muros ou grades de ferro, pátio central e circulação vertical central e coberta.

A partir de 1905, começam a surgir projetos de grupos escolares de um só pavimento, considerados menos onerosos que as edificações anteriores. [...] Essas edificações mais simples não perderam, no entanto, o ar de dignidade e austeridade que caracterizou os primeiros edifícios escolares públicos para a escola primária [...]. (SOUZA, 1998. p. 132)

Dessa forma aconteceu com a sede de 1945 do Grupo Escolar Antensina Santana. Parte do edifício possuía apenas um pavimento e outra parte dois pavimentos; não possuía um jardim frontal nem mesmo grandes muros. Apesar de ter sido um edifício simples quando comparado aos edifícios dos grupos de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e outras grandes cidades, o novo edifício foi reconhecido como um dos mais importantes e imponentes da cidade, sendo tombado como Patrimônio Histórico da Cidade pela Lei nº 3.171, de 7 de dezembro de 2005.

Os edifícios construídos para os grupos foram considerados monumentais por suas proporções com relação aos demais edifícios das cidades, porém, não possuíam ornamentos, pois eram considerados supérfluos. Portanto, foi feita uma arquitetura cujas características remetem ao neoclassicismo, como por exemplo, a simetria, acessos verticais centralizados e frontões com pouca ornamentação (SOUZA, 1998).

No caso do Grupo Escolar Antensina Santana, a fachada foi feita em estilo Art Déco devido à época em que foi construída, pois na década de 1940, Goiás recebia forte influência desse estilo.

As fachadas dos grupos escolares eram muito semelhantes entre si, o que as diferenciavam, eram algumas características pessoais que o arquiteto colocava em cada uma delas. Isso aconteceu principalmente em São Paulo, onde atuaram muitos arquitetos

européus, de diferentes países, aplicando características específicas de sua nação e cultura. Mesmo assim, as fachadas seguiam alguns padrões da arquitetura dos grupos, com a utilização de elementos como elevar o edifício do nível da rua, blocos centrais com pé direito mais alto, entre outros (SOUZA, 1998).

O grupo de Anápolis não pôde desfrutar de uma fachada elaborada, pois foi seguida uma planta tipo⁴ e o projeto partiu de um grupo de projetistas da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, do Departamento de Urbanismo e Infraestrutura, que trabalhou em conjunto sem colocar características pessoais, fazendo, portanto, uma fachada simples, sem ornamento, mas que seguia as regras e o modelo padrão⁵.

Para analisar a fachada do grupo é necessário além de imagens, as peças gráficas do edifício. No entanto, não tivemos acesso às plantas do Grupo escolar Antensina Santana do ano de 1945⁶. Portanto, o estudo foi feito a partir de uma análise comparativa de três documentos, a saber: a declaração do cartório de registro de imóveis encontrada no arquivo do atual Colégio Estadual Antensina Santana, que tem a descrição de alguns elementos principais do edifício; uma planta de 1994, e uma imagem (fotografia) do grupo de 1945. A partir da análise desses três documentos, traçamos um esboço de uma planta do edifício de 1945. As imagens do grupo de 1945 também são raras; a única imagem encontrada está abaixo, mostrando a fachada do edifício no ano em que foi inaugurado.

⁴ Planta tipo é um modelo genérico, que no caso dos grupos escolares surgiu em São Paulo e foi disseminado pelo resto do país. Algumas características não podiam ser alteradas outras poderiam ser adaptadas a necessidades locais.

⁵ O nome do órgão responsável pelo projeto foi localizado na planta de 1994 e a legislação de 1930 diz que o projeto deveria ser feito pela Secretaria de Obras Públicas. Portanto, conclui-se que na construção de 1945 o projeto foi feito por um grupo de arquitetos.

⁶ A busca da planta do edifício escolar do ano de 1945 foi feita no departamento de engenharia da prefeitura de Anápolis, no Colégio Antensina Santana, e também na Subsecretaria Estadual de Educação de Anápolis, porém, não conseguimos localizá-las.



Fonte: <http://colegioantensina.blogspot.com.br/p/historico-da-criacao.html>

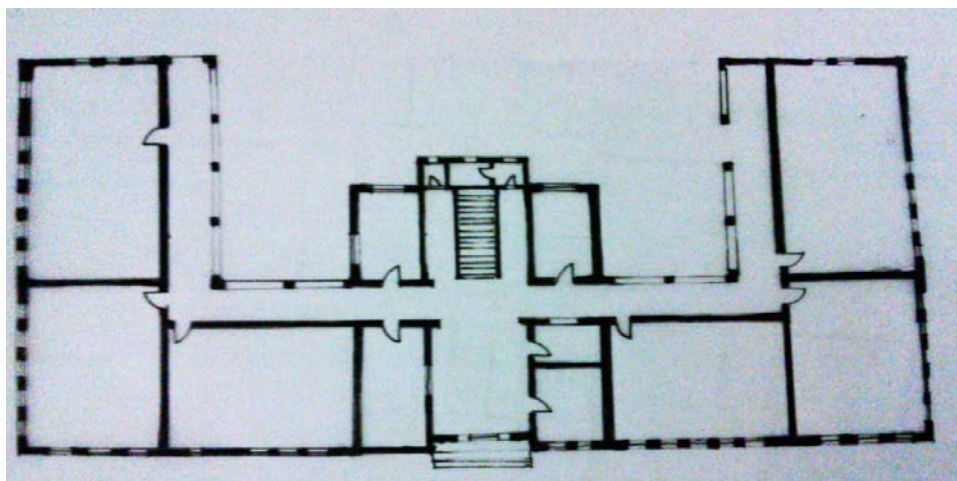
Assim, como nos primeiros grupos escolares construídos no país, a fachada do grupo Escolar Antensina Santana também é dotada de uma racionalidade funcional, em que a monumentalidade existe apesar da ausência de ornamento. Segundo Kowaltowski (2011), essa nova arquitetura racionalista tinha como características principais não só uma linguagem formal sem ornamentos, possuía também formas simples, geométricas e aberturas horizontais. No entanto, no grupo escolar Antensina Santana fica claro, pela foto, que o edifício corresponde às formas simplificadas e geométricas, mas as aberturas eram predominantemente verticais.

Há a presença de linhas horizontais na fachada que remetem sua proximidade com a rua, porém o piso não está no mesmo nível da rua, há uma pequena escada que leva até a portaria, portanto, a horizontalidade faz da escola um lugar convidativo à comunidade e a elevação em um nível mais alto preserva o edifício proporcionando privacidade e impacto visual com o entorno urbano.

Através da foto acima, percebe-se que o edifício era composto por três volumes: um central, com dois pavimentos (o primeiro com pé direito mais alto), e dois laterais com apenas um pavimento, na época de sua inauguração. De acordo com a análise feita, o segundo pavimento foi construído após o ano de 1945.

Quanto à estrutura, a análise das plantas nos permite inferir que o edifício foi feito de alvenaria estrutural, ou seja, a estrutura é a própria vedação. Dessa forma não há pilares nas paredes o que não permite flexibilidade construtiva. É um sistema construtivo tradicional e muito utilizado na época.

É possível identificar o sistema de alvenaria estrutural nas plantas, pela espessura das paredes perimetrais do edifício, que é maior que as paredes internas, estas funcionam apenas como divisão de ambientes e não tem função estrutural.



Planta térrea - 1945 - elaborada pelas autoras

Organização funcional (pedagógica) dos espaços internos

Mais importante que a composição formal e estrutural dos edifícios dos grupos escolares, é sua organização espacial interna, que na verdade foi o que impulsionou a criação de prédios próprios para a escola.

O que levou à construção de novos edifícios, foi o surgimento de um modelo de escola graduada, que, por consequência, necessitava de uma estrutura espacial especializada com várias salas de aula, uma para cada ano do curso, cada uma com um grupo de alunos de mesmo grau de adiantamento, um professor titular e, se necessário, um auxiliar (SOUZA, 1998).

Da mesma forma que o programa pedagógico sofreu modificações, o espaço escolar também; novos ambientes tornam-se necessários e, cada um possuía suas especificações para um bom funcionamento. A partir daí, o espaço escolar começou a utilizar-se do princípio da racionalidade funcional, em que os espaços deveriam ser construídos de forma que funcionassem perfeitamente, independente de sua estética.

[...] No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão [...]. (SOUZA,1998,p. 138)

Outra questão de destaque quanto à construção desses prédios é a salubridade dos ambientes, pois dada a atenção devida a esse fator, a manifestação de doenças seria menor, tornaria o ambiente mais agradável e, faria também com que o desempenho dos alunos melhorasse pelo conforto do ambiente.

“[...] A questão mereceu atenção não só de arquitetos, mas educadores, médicos e higienistas que recorreram a sua missão civilizadora de prescrever critérios e condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura dos alunos” (SOUZA, 1998, p. 139).

A salubridade e a higiene deveriam existir não só na construção em si, mas também nos hábitos de alunos e professores, à vista disso, foram colocados diversos equipamentos nas escolas, como bacia, limpa-pés e lavatórios, para que a higiene fosse feita periodicamente e se tornasse um costume, pois a questão higiênica estava relacionada não só à prevenção de doenças ou ao conforto, mas também à decência de uma pessoa (SOUZA, 1998).

"[...] Nesse sentido, as representações em torno da higiene escolar contribuíram para reforçar valores morais relacionados a padrões de comportamento considerados civilizados. [...]". (SOUZA, 1998, p. 143.).

O Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, art. 167, do Estado de Goiás, estabeleceu que o edifício deveria ser construído em terreno arejado, seco, afastado dos centros de grande movimento, prisões, hospitais, cemitérios, o mais central possível e em lugares onde não houvesse águas estagnadas, sendo protegido contra os ventos, de fácil acesso e bem exposto à luz solar. Isso explica o fato de percebermos na foto que o prédio de 1945 é totalmente isolado de qualquer edificação, uma vez que, era uma exigência estabelecida por lei estadual.

O espaço escolar torna-se um divisor de hierarquias; as salas de aula eram ambientes disciplinadores, não somente por terem a função de aprendizagem e terem um professor regente, mas também pela disposição do mobiliário e aberturas. A sala do diretor ou gabinetes administrativos, representavam autoridade e respeito, já o pátio, os corredores e a calçada eram espaços de liberdade, espaços intersticiais em que o aluno tinha liberdade, mas, ao mesmo tempo, era "vigiado", pois obedecia a algumas regras de comportamento naquele local (SOUZA, 1998).

De acordo com as funções específicas de cada ambiente, discerne-se o espaço aberto do fechado. O aberto infere-se liberdade, momento de recreação e descanso, e o fechado exige disciplina, atenção, respeito e dedicação.

Para que todas as funções fossem cumpridas de forma correta, a construção dos edifícios deveria seguir normas estabelecidas pelo governo, como o formato das salas, medidas mínimas, quantidade e tamanho de aberturas, colocação de pisos, quadro negro, entre outros.

O Estado de Goiás estabeleceu algumas normas para a criação de grupos escolares por meio do Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930. Analisado o que é exigido por lei e o que foi feito no grupo escolar Antensina Santana em 1945, verificamos que nem todas as exigências foram atendidas.

Segundo o Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, art. 167, os grupos deveriam ser construídos em forma de H, I, L ou T. No entanto, é possível observar pela planta, que o Grupo Escolar Antensina Santana foi construído em forma de W, mas ainda nessa forma preserva a intenção de resguardar o pátio interno da rua com a edificação voltada para ela. Deveriam também ser construídos completamente isolados de outros edifícios e possuir apenas um pavimento. Essas duas últimas exigências foram parcialmente cumpridas; é possível perceber pela imagem encontrada, que não havia outras edificações próximas ao grupo e que o prédio possuía um pavimento nos volumes laterais, mas o volume central possuía dois pavimentos.

Ainda segundo o decreto acima citado, os grupos deveriam ser construídos em uma área que tivesse pelo menos 3000 metros quadrados, mas, de acordo com a

declaração do cartório de registro, em 1970, o grupo localizava-se em um terreno com apenas 2200 metros quadrados⁷.

O artigo 168 do Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, parágrafo único estabeleceu que as dimensões das salas de aula seriam, no mínimo, de 6 a 8 metros, respectivamente, para largura e comprimento. Todas as salas seriam retangulares, com os cantos arredondados e altura mínima de 4 metros do assoalho ao teto.

A análise da planta demonstrou que as medidas são de: 5.95 m para largura e 7.95 m para comprimento em duas salas, 5.95m de largura e 10.45m de comprimento em duas salas, uma sala com 5.95 m de largura e 9.75 m de comprimento e uma última sala com 5.95 m de largura e 8.15 m de comprimento. E, em desacordo com a lei, as salas não possuíam pé direito de 4 metros entre assoalho e teto.

Entende-se que o grupo escolar Antensina Santana segue a norma, pois as salas são retangulares, e os 5 cm a menos em algumas medidas podem ser justificados pela perda que a espessura da parede provoca devido aos revestimentos.

Segundo Souza (1998), a disposição da sala em forma retangular facilita a concentração dos alunos em um lado da sala onde fica o professor e o quadro negro.

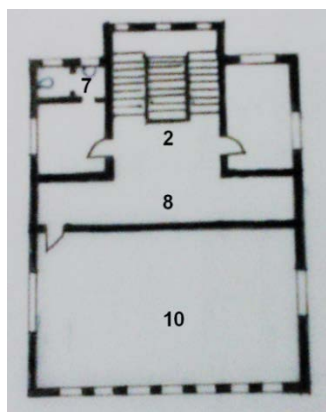
⁷ A escritura pública da segunda sede do grupo escolar foi lavrada no dia 22 de novembro de 1965, 20 anos depois da inauguração da nova sede escolar. E a doação ocorreu no dia 3 de setembro de 1970. Nos seguintes termos: “Transcrição n. 56.569 feita em 03/09/1970, na qual a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ANÁPOLIS representada pelo Sr. Ilion Fleury [...] adquiriu o título de doação de Prefeitura Municipal de Anápolis, representado pelo Sr. Prefeito Jonas Ferreira Alves Duarte. Um prédio onde funciona o “Grupo Escolar Antensina Santana” [...]. “CONDIÇÕES”: que o imóvel ora doado deverá ser usado somente para fim educacional, com vem sendo usado até agora, não podendo a outorgante utilizá-lo para outro fins [...]” (Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Anápolis, 2007, grifos do autor). O novo prédio escolar possuía 597,00 m² de área construída em um terreno de 2.200,00 m². As dependências da escola eram compostas por 12 salas de aulas, 7 salas menores, um salão de festa, 15 banheiros, uma sacada, quatro corredores, uma escada no centro para o primeiro andar, uma escada na entrada, paredes de tijolos, cobertos com telhas francesas e instalações elétricas e sanitárias. (Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Anápolis, 2007).

De acordo com o art. 169 do Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930:

Os edificios escolares terão as seguintes dependencias: 4 salas de aulas, no minimo; 1 sala para bibliotheca e museu; 1 sala para portaria e sala de espera; 1 sala para a directoria; 1 sala para toilette: e 1 sala destinada ao consultorio medico, com agua corrente.

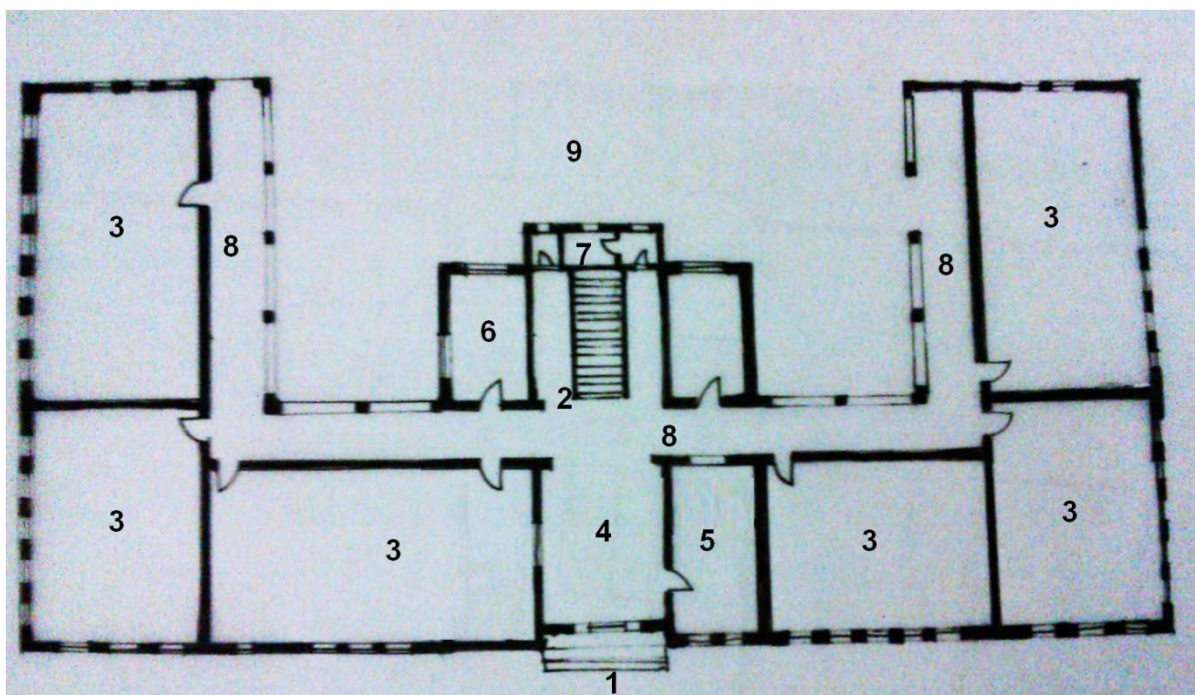
§ Unico – Além dessas, devem os edificios escolares possuir pateos para exercicios e recreio, com um ou mais pavilhões cobertos e instalações sanitarias, feita de accôrdo com a instrucções da Secretaria do Interior e Justiça.

Conforme mostram as plantas que se seguem, verificamos que o grupo escolar Antensina Santana atende às normas quanto à quantidade e especificidade de ambientes.



1. Acesso principal
2. Acesso vertical
3. Sala de aula
4. Portaria/espera
5. Diretoria
6. Consultório médico
7. Sanitário
8. Corredor/pátio coberto
9. Pátio descoberto
10. Biblioteca/museu

Planta do pavimento superior – 1945- elaborada pelas autoras



Planta térrea - 1945 - elaborada pelas autoras

Segundo o Art. 170:

As sanitarias devem ser calculadas á razão de uma para grupo de 30 meninos, ou de 15 meninas, e um mictorio para cada grupo de 15 meninos. As sanitarias para meninos e meninas devem ser completamente separadas e as portas de entrada bem distantes umas das outras.

§2º - As instalações sanitarias devem ficar situadas, no minimo, a 20 metros das salas de aula, de mode que permittam facil fiscalização.

Na planta de 1994, os banheiros estão isolados do edifício, conforme especificado no Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, assim, acredita-se que foram construídos em 1945. Eram, no entanto, localizados lado a lado, tendo as entradas próximas, contrariando o artigo 170. Além disso, não segue a exigência do parágrafo 2º, sendo instalados a apenas 10 metros das salas de aula.

Quanto à iluminação, o Art. 172 do Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930 estabelece que: “a illuminação das salas de aula será unilateral e de modo que o alumno

receba luz pela esquerda” e o art. 173, que: “as janellas devem ser em grande numero, bem altas separadas por intervalos estreitos e basculantes, quando envidraçadas”.

De acordo com a planta analisada e a fotografia da escola de 1945, a construção do grupo não seguiu rigorosamente o artigo 172, pois algumas salas possuem aberturas em duas fachadas, não sendo, portanto, unilateral. Mas todas as salas permitem que os alunos recebam luz pela esquerda. O edifício segue o artigo 173, possui aberturas em grande número, são altas e espaçadas por intervalos estreitos e são envidraçadas e basculantes.

A localização e a disposição física dos ambientes sugerem uma finalidade racional da utilização do espaço, de forma que haja uma lógica vantajosa. No espaço escolar, essa disposição torna-se importante com a criação dos grupos, pois é a partir deles que surge a necessidade da construção de um edifício próprio para esse fim.

A quantidade de salas e banheiros aumenta, e surgem também diversos outros ambientes para concretizar de fato o novo modelo educacional, como biblioteca, pátios, museu, enfermaria, entre outros, mas a mais importante é a diretoria.

A função de direção de uma escola torna-se um assunto polêmico ao início, pois nas escolas isoladas o professor tem seu trabalho vigiado raramente, já que o inspetor é bastante ausente. Portanto, alguns professores resistiram ao fato de terem um professor/diretor que os inspecionassem constantemente, controlando seus horários de chegada e saída, os conteúdos ministrados e aplicação de avaliações (SOUZA, 1998).

Uma discussão que se torna importante quanto ao surgimento da figura do diretor é que ele precisaria de um espaço próprio para realizar suas atividades, e, por consequência, qual seria sua melhor localização? Segundo Bencostta (2005), para se analisar as concepções que se tem acerca da importância e função desse espaço, são necessários alguns indicadores: sua especificidade, sua localização, sua acessibilidade, dimensões e disposição interna.

A especificidade indicaria a função do lugar, se seria específico para a diretoria ou se compartilharia o espaço com outras funções; a localização deveria analisar critérios como: sua proximidade com a entrada da escola, sua ligação com outros ambientes e a

relação de vigilância às atividades pedagógicas; a acessibilidade está relacionada com a maneira como se chega a essa diretoria; a dimensão e a disposição interna de mobiliário indicam o grau de importância daquele espaço e como ele funciona (BENCOSTTA, 2005).

De acordo com os esboços traçados na planta de 1945 do grupo escolar Antensina Santana, a diretoria localiza-se ao lado direito, tendo antes de entrar nela, a portaria que poderia funcionar também como um local de espera; sua proximidade com a entrada da escola, permitia um acesso mais fácil para os pais e a comunidade; é um local um pouco reservado, representando aos alunos um local de respeito, mas não dificulta a vigilância às atividades da escola.

No grupo escolar Antensina Santana, as salas são todas voltadas para corredores cobertos, porém abertos. Dando acesso ao pátio descoberto, estavam os espaços intersticiais, que faziam transição entre local fechado e aberto, sendo respectivamente local de disciplina e recreação. "Teoricamente, recomenda-se a integração dos espaços internos e externos, com grandes corredores, para uma boa circulação" (KOWALTOWSKI, 2011, p. 87).

Dessa forma conclui-se que, o programa arquitetônico era formado basicamente por salas de aula, alguns ambientes para estudos como biblioteca e laboratórios, sanitários, pátios para lazer e um reduzido número de ambientes administrativos, destacando também a simetria que a planta possui.

Considerações finais

A criação do Grupo Escolar de Anápolis se insere no contexto de criação e expansão dos Grupos Escolares em Goiás, bem como no contexto de desenvolvimento econômico da cidade.

No período entre 1910 e 1935, Anápolis iniciou uma agricultura comercial que proporcionou um incremento populacional com a vinda de várias famílias para a cidade. Entre 1935 e 1961, teve como elemento principal para o desenvolvimento econômico a chegada da Estrada de Ferro Goiás, que transformou Anápolis no principal centro

comercial da região, período em que houve também um crescimento populacional significativo. A vinda de novas famílias para a cidade exigia o aumento do número de vagas nas escolas, talvez isso explique a necessidade de uma sede maior para o grupo escolar da cidade.

O edifício escolar é aspecto fundamental quando se refere ao grupo escolar, pois, este tipo de unidade de ensino teve como objetivo romper com a forma escolar do império, não só no aspecto físico como no pedagógico, com a adoção do método de ensino intuitivo.

No que se refere à denominação da escola, hoje na memória das pessoas da cidade, está presente o primeiro nome e o atual; pouquíssimas pessoas se lembram que a unidade de ensino um dia foi denominada de “24 de Outubro”.

Geralmente, a escolha de um nome para denominar uma escola é feita de forma arbitrária, por um grupo de políticos locais, que querem prestigiar seus correligionários políticos e/ou parentes. No caso de Antensina Santana, ao que tudo indica, o que mais pesou não foi o fato de ela ter sido professora, mas o fato de ser filha de Moisés Augusto Santana e de ter falecido muito jovem. Entretanto, Moisés Santana não viveu para ver essa homenagem, pois faleceu em 22 de maio de 1922, assassinado por um inimigo político.

A arquitetura do Grupo Escolar Antensina Santana quando comparada a dos grupos escolares feitos no resto do país pode ser considerada como menos onerosa e monumental. Embora não tenha seguido rigorosamente a legislação de 1930, que regulamentava a construção de grupos escolares no estado de Goiás, o prédio segue o modelo exigido com os mínimos necessários e não se descaracteriza como grupo e os espaços atendem às exigências pedagógicas.

Referências

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX.** São Paulo, 302p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Educação, São Paulo, 2006.

ALVES, Júlio. **Anápolis 1907-2007: cem anos de história.** Anápolis: Gráfica Terra Azul, 2007.

ALVES, Miriam Fábria. **Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na primeira república.** Belo Horizonte, 208p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Doutorado em Educação, 2007.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n.151 de 1923.** Cria o grupo escolar.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n. 155 de 1923.** Autoriza o intendente a doar para o Estado o prédio destinado a grupo escolar.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n. 204 de 1925.** Autoriza a aquisição de um prédio para o Grupo Escolar.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n. 207 de 1925.** Autoriza despesa com o Grupo Escolar.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n. 210 de 1925.** Providencia sobre despesa com a inauguração do Grupo Escolar.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n. 213 de 1925.** Cria o Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado.

ANÁPOLIS. Prefeitura. **Lei n. 3.171 de 7 de dezembro de 2005.** Determina o tombamento dos prédios da sede do colégio estadual Antensina Santana e da sede do colégio Couto Magalhães e designa o órgão responsável pelo registro e fiscalização dos tombamentos de bens de interesse do município no patrimônio histórico e artístico municipal. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/leis/leis_pdf/317107122005.pdf.> Acesso em: 31 jul. 2013.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Histórica da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo. Cortez, 2005.

BORGES, Humberto Crispim. **Moisés Santana: vida e obra.** Brasília: Cerne, 1980.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, 21).

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DA COMARCA DE ANÁPOLIS.
Certidão de 23 de outubro de 1981.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DA COMARCA DE ANÁPOLIS.
Certidão de 5 de setembro de 2007.

CONSELHO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Acta da 2ª sessão da 3ª reunião ordinário do Conselho Municipal de Anápolis, 17 de março de 1923. In: _____ Livro de Atas do Conselho Municipal de Anápolis 1922-1923.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escolar e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil, **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis:** sua vida, seu povo. Brasília: Centro gráfico/Senado Federal, 1979.

GOIÁS. Decreto nº 10.640 de 10 de Fevereiro de 1930. Regulamento do ensino primário do Estado de Goyaz. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. (Org.). **Documentos de História da Educação de Goiás.** 2012. 1 v. Cd-room.

GOIÁS. Secretaria da Educação e Cultura. **Portaria n. 336, de 21 de janeiro de 1975.**

GOIÁS. **Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918.** Organiza o ensino primário em Goiás.

GONÇALVES, Ana Maria. A ordenação do ensino público goiano (1889 – 1930). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação – A educação e seus sujeitos na história. Goiânia-GO, 5 - 8 novembro, 2006. **Anais...** Goiânia: UCG, 2006. Cd-rom.

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de março de 1926 a março de 1931.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de março de 1931 a agosto de 1932.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de setembro de 1932 a agosto de 1935.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de setembro de 1935 a março de 1937.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de outubro de 1943 a novembro de 1944.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de outubro de 1943 a novembro de 1944.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de agosto de 1947 a dezembro de 1948.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de fevereiro de 1945 a outubro de 1945.**

GRUPO ESCOLAR 24 de OUTUBRO. **Livro de frequência dos professores de setembro de 1946 a agosto de 1947.**

GRUPO ESCOLAR ANTENSINA SANTANA. **Livro de frequência dos professores de março de 1949 a maio de 1950.**

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. Acta de inauguração do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado da cidade de Anápolis, 1926. In: _____ **Livro de Atas da Implantação do Grupo Dr. Brasil. 1926 – 1937.** (Arquivo do Colégio Estadual Antensina Santana).

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Livro de frequência dos professores de março de 1937 a novembro de 1938.**

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Livro de frequência dos professores de outubro de 1938 a novembro de 1941.**

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Livro de frequência dos professores de fevereiro de 1942 a outubro de 1942.**

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Livro de frequência dos professores de fevereiro de 1943 a outubro de 1943.**

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo. Oficina de Textos, 2011.

MACEDO, Sirley. História e educação básica. **Jornal O Centenário**. Anápolis, ano 2, n. 10, set. 2006, p. 1.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica 1930-1945: estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia, 197p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Mestrado em História, Goiânia, 1991.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Escola primária em Goiás na Primeira república: tensões e distensões de um 'jogo de empurra'. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

SANTILLO, Adhemar. **Anápolis homenageará Moisés Santana**. (2010). Disponível em: <<http://blogdosantillo.blogspot.com.br/2010/05/anapolis-homenageara-moisés-santana.html>>. Acesso em 22 jun. 2013.

SANTOS, Alessandra de Souza; JACOMELI, Mara Regina Martins. Grupos escolares no interior do HISTEDBR: um mapeamento das pesquisas desenvolvidas e publicadas nos seus eventos, 06/2009, **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas (HISTEDBR)**, v. 1, p. 1-13, Campinas, SP, Brasil, 2009.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação**, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2011. Disponível em: <www.sbhe.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2011a.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 1 - 23. Disponível em: <www.sbhe.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2011b.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas).

URZEDO, Maria da Felicidade Alves; ALVES FILHO, Eloy. Grupos escolares em Minas Gerais e Goiás: tempos diversos, objetivos comuns. In: Congresso de pesquisa e ensino em história da educação em Minas Gerais. II Uberlândia, 6 – 9 maio 2003. **Programação e Caderno de Resumos**. Uberlândia: UFU, 2003.

Recebido em: 30/11/2013
Aprovado em: 12/02/2014

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 16 - Número 30 - Ano 2015
revistalinhas@gmail.com